

O Senado vai analisar a medida provisória que simplifica as assinaturas eletrônicas em caso de documentos públicos de menor risco e sigilo ([MP 983/2020](#)), quase metade da demanda atual. A Câmara dos Deputados retirou do texto a permissão para que atestados e receitas médicas fossem autenticadas sem certificado do Instituto de Chaves Públicas (ICP-Brasil). O relator, senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), entende que haverá maior agilidade nas transações e diminuição dos custos associados à burocracia.

Fonte: Agência Senado, em 14.08.2020